



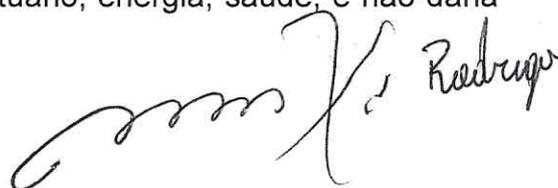
CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus

CÂMARA
ISO 9001

DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES
GERÊNCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 1ª Audiência Pública da **Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Águas de Manaus**, realizada no dia 19 de abril de 2023.

Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, com início às quatorze horas e dez minutos foi realizada a 1ª Audiência Pública da **Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Águas de Manaus**, em conformidade com o Art. 67 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus. Sob a presidência do vereador **Diego Afonso (União Brasil)**, a mesa foi composta pelos vereadores-titulares da CPI vice-presidente **William Alemão (Cidadania)**, relator **Rodrigo Guedes (Podemos)**, **Ivo Neto (Patriota)**, **Everton Assis (União Brasil)**, **Rosivaldo Cordovil (PSDB)**, e os vereadores **Lissandro Breval (Avante)** e vereador **Elissandro Bessa (Solidariedade)**. Também compuseram a mesa o senhor Gilberto Ribeiro da Silva, vice-presidente do Comitê de Bacias do Tarumã Açu e o padre Sandoval Rocha coordenador do Fórum das Águas. Ao abrir os trabalhos o vereador Diego Afonso destacou as regras das Audiências Públicas, dispostas no artigo 94 do Regimento da Câmara Municipal de Manaus, informando que a ordem seria a fala de um membro da mesa e um popular, em alternância, e que os assuntos dos questionamentos e falas deveriam se ater aos itens elencados do requerimento de instalação da CPI. Em seguida, o vereador Diego concedeu a fala ao primeiro orador da Audiência Pública, o vereador Rodrigo Guedes que agradeceu os presentes e destacou que sua fala tinha um cunho íntimo. Ele destacou que há muita pressão para a CPI, mas existem questões que esbarram em decisões judiciais superiores. Mostrou um print de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que a cobrança da tarifa de esgoto, mesmo onde não haja tratamento, seria legal. Para ele, não seria fácil falar isso num bairro onde pessoas sofrem com a falta de esgoto, mas haveria ações que os vereadores não têm como interpor decisões. Por sua vez, ainda de acordo com o vereador, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que seria inconstitucional qualquer projeto de lei que vise determinar percentual da tarifa de esgoto. Em 2012, quando foi questionada a concessão, havia sido definido reajuste contratual da prefeitura com águas de Manaus de 80 para 100 por cento e não houve tanta reclamação. Mas a água chegava para no máximo 5% da população, só que agora muitos mais sentiriam no bolso. Hoje isso já estaria chegando a cerca de 22% da população, que estariam ficando cada vez mais insatisfeitas. O vereador frisou que todo o assunto seria complexo, mas que iriam discutir com a Águas de Manaus, que estaria aberta à negociação, para chegar em algo mais justo. Seguindo o rito, foi dada a palavra ao padre Sandoval que enfatizou considerar que para a cidade inteira a questão da insustentabilidade da privatização seria um fato. Para ele, seria insustentável que esta concessão continue pois já duraria desde 2000, ou seja 23 anos de concessão, e não melhorou a vida das pessoas. Ele afirmou que uma pesquisa recente com os dados do imposto de renda do Amazonas apontou que a renda média das famílias seria de R\$ 1.012 e que 53% dos domicílios da população estariam em aglomerados subnormais (favelas, invasões). Percebe-se, pelos dados, segundo o padre Sandoval, que Manaus seria uma cidade desigual e com essa média de renda teria de sustentar com alimentação, vestuário, energia, saúde, e não daria



Rodrigo Guedes

Ata da 1ª Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI Águas de Manaus,
realizada no dia 19 de abril de 2023.

para impor com privatização com tarifas tão elevadas. A privatização da água, que seria um elemento essencial, para o padre Sandoval, seria uma perversidade. Outro ponto importante, para o padre, seria a questão da alta inadimplência, e ele gostaria de saber qual seria o percentual da inadimplência hoje. Para o padre Sandoval, as metas que justificaram a privatização não foram cumpridas, sendo a principal que hoje 90% da cidade coberta com tratamento de esgoto, e nem 25% seria coberto. Outro ponto levantado pelo padre seria que esta seria a terceira CPI, e nas 1ª e 2ª pediram quebra do contrato de concessão e não teria sido aceito em nenhuma das vezes. O padre questionou quantas CPIs seriam criadas para mostrar que esta concessão não estaria dando certo. O próximo orador, senhor Gilberto Ribeiro, presidente da Associação dos Moradores do conjunto Flamanal, destacou que apesar de morarmos no Estado com o rio com maior volume d'água, o maior patrimônio do Estado estaria morrendo com a sujeira nos igarapés. Ele afirmou estar de luto não só pela privatização, mas também por conta dos igarapés mortos. Para Gilberto, além da privatização tem de ser discutida a falta de cuidado com os igarapés, onde são derramados esgotos sem tratamento. O bairro Flamanal, que seria banhado pela igarapé do Gigante, que estaria morrendo, segundo Gilberto, ainda seria alvo de seu sonho de vê-lo despoluído. Em seguida, foi passada a palavra ao vereador Everton Assis que afirmou ter recebido cobrança do resultado desta CPI já que houveram outras duas anteriores e os problemas continuam para a população. Contudo, segundo o vereador, todo o trabalho desta CPI seria ativo na luta para dar uma resposta positiva à população de Manaus. O vereador destacou que teria sido abordado nas comunidades sendo cobrado, e entende que as pessoas estariam cansadas, ontem mesmo tendo rompido uma adutora na Estrada dos Franceses e por isso ele defende a saída do diretor da Ageman. Em seguida, o vereador Diego Afonso tomou a palavra, elogiando a fala dos vereadores anteriores, frisando a responsabilidade sob os ombros de cada vereador. Como sabem, destacou o vereador, que a CPI tem sido atacada por vereadores que não assinaram o pedido, que seria em nome de cada comunitário que insistia nessa CPI há vários meses. Quando um vereador ataca esta CPI, destacou o vereador, estaria atacando a população. O vereador Diego destacou que haveria vários avanços já na CPI e tudo será mostrado com a máxima transparência. Ele frisou ainda que não permitirá qualquer palanque político contra a CPI, pois o trabalho seria por um serviço de qualidade para toda a população. Para isso, destacou o vereador, que a CPI seria um fórum pertinente para as discussões, para que nas Audiências Públicas e nas visitas aos bairros, tragam onde não estaria chegando o esgoto, onde estaria a tarifa abusiva. Esta demanda seria antiga, frisou o vereador, mas se os vereadores seguirem em um caminho em cima de cada realidade que cada morador trará, ele destacou que não teria dúvidas que se caminharia para um termo de ajuste de gestão ou um relatório que poderia transferir a realidade do que vem passando a população em diversas zonas da cidade. O vereador teria se colocado à disposição da CPI e da cidade, com ética e eficiência dos serviços públicos prestados por cada concessão pública, fiscalizando o Executivo Municipal. O vereador destacou ainda que teriam dito, quando foi instalada a CPI, que iria virar pizza, mas ele teria dado sua palavra e seu compromisso que esta seria com resultados efetivos na qualidade e abastecimento de água da nossa cidade. Em seguida, foi passada a palavra para a senhora Neila



Roberto Mendes

[Assinatura]

Ata da 1ª Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI Águas de Manaus, realizada no dia 19 de abril de 2023.

Gomes, do Movimento Nacional da Luta pelas Moradias, que reforçou a ideia de afastar o diretor da Ageman, levantada pelo vereador Everton Assis. Na sequência, ela disse que os vereadores precisam tentar reverter a tarifa de esgoto para quem não tem tratamento de esgoto, embora o STJ já tenha decidido sobre esse assunto. Segundo ela, há várias famílias em dívidas de juros sobre juros com tarifas altas de água que não conseguem pagar. Para ela, com o lucro de R\$ 700 milhões por ano daria para anistiar as dívidas das pessoas que vão começar a pagar a tarifa social, pois elas não podem pagar. Além disso, segundo ela, a ideia de remunicipalizar a empresa deveria ser bandeira da CPI. O próximo orador, vereador Ivo Neto, destacou que a ideia da Audiência Pública foi dar voz para as pessoas da comunidade que não tem oportunidade de se manifestar, para poderem reclamar das taxas de esgoto altíssimas, pessoas que passam dificuldade. Para ele, a CPI seria importante não só para o parlamento, mas para toda a cidade de Manaus e os vereadores farão de tudo para levar uma resposta positiva à sociedade. Em seguida, tomou a palavra a senhora Mercy Soares, vice-presidente do Laicato do Brasil, que frisou que há 23 anos a população está contra a privatização, porque a empresa Águas de Manaus só chega onde há lucro e não chega aos povos vulneráveis e às periferias. Ela parabenizou todos os vereadores e pediu para que pensem em pedir a remunicipalização da empresa. Para ela, Manaus precisaria de mais “profetas das águas”, como chama os líderes que lutam pela água e despoluição dos igarapés. Em seguida, foi convidada a se manifestar a senhora Sandra Medeiros, presidente do conjunto Augusto Montenegro, que destacou que os moradores estariam sofrendo com problemas com a Águas de Manaus. Segundo ela, uma construção em volta do conjunto da Construtora MRV, que joga esgoto não tratado dentro do igarapé do Gigante, que está totalmente contaminado e os moradores pagam a taxa do esgoto há mais de 10 anos. A canalização não supre a necessidade das casas, pois existem há 34 anos, que seria a idade do conjunto. Em seguida, o vereador Elissandro Bessa destacou que mesmo que se faça muitas CPIs, o importante seria que haja resultados. Para ele, seria necessário discutir a qualidade da água das torneiras para a população e o que a Ageman não faz, que seria cumprir seu papel de fiscalização. Em sua visão, o que precisa ficar claro que a população não quer um real da prefeitura e pagar o justo por isso. Na sequência, falou o senhor Leonardo Farias, da Associação da Comunidade Artur Bernardes, que incendiou em 2012 e que a maioria dos moradores estaria hoje no Igarapé do Mestre Chico 2. Segundo ele, as pessoas que perderam tudo não têm condições de pagar contas atrasadas e ele solicitou melhoria da condição para o pagamento das inadimplências que ocorrem com aquela população. Na sequência, o senhor Francisco Pinheiro, representante do bairro João Paulo, pediu uma salva de palmas aos vereadores por terem criado a CPI. Ele solicitou que os vereadores possam ir nos bairros para verificar in loco os problemas. Para ele, a Câmara tem de envolver a população, e ele vai divulgar em seu bairro, onde há mais de 20 mil moradores, e também para as adjacências. Segundo ele há morador está devendo 150 mil reais de água, e outros têm conta de água 8 mil reais. Destacou ainda que haveria muita quebra de calçadas, que quebraram “na marra” na ausência do morador, para colocar novos medidores e a água que era cobrada em 40 reais passava para 500 reais. Em seguida, o vereador Rosivaldo Cordovil parabenizou a todos que vieram para discutir e colocar os anseios da sociedade que estaria gritando



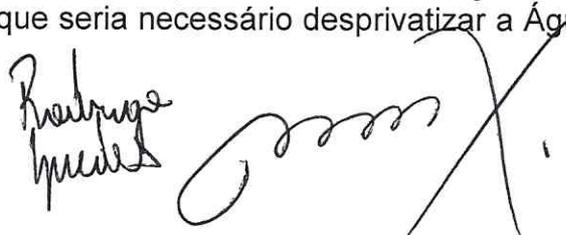
Rosivaldo Cordovil

Ata da 1ª Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI Águas de Manaus, realizada no dia 19 de abril de 2023.

por socorro. A águas de Manaus, para ele, tem de entender que as pessoas pagariam suas contas para ter um serviço de qualidade nas suas casas, não adianta pagar algo que não se consome. A CPI seria para isso, para investigar, destacou o vereador, para fazer levantamentos importantes para a população. Ele frisou ainda que esse seria o fórum adequado, a CPI, e que ainda haveria muito trabalho pela frente e não se vai empurrar “nada para debaixo do tapete”. Na sequência, o senhor Gilmar Camabeti, do bairro da Glória, disse que não seria só papel dos vereadores fiscalizar, mas também de todos os cidadãos. Ele destacou que no bairro da Glória haveria esgoto, mas as tarifas de água estariam muito altas. O senhor Cristiano Moraes, do bairro Santa Etelvina, destacou ser um absurdo que em pleno século 21 Manaus teria menos de 30% de esgoto na cidade. Em seguida, o vereador William Alemão defendeu que não se pode garantir que haverá uma redução nos preços das tarifas, mas garantiu que os vereadores não farão nenhum “acordinho debaixo dos lençóis”. Segundo ele, a CPI já teria muitos avanços, como descobrir, na primeira reunião, que a Ageman só tem 4 fiscais. Além disso, teria sido levantado que o presidente da Ageman, senhor Elson Andrade, já trabalhou na Águas de Manaus, o que tiraria sua lisura para comandar a empresa que fiscalizaria a empresa onde trabalhava. O vereador também lembrou que foram cobradas planilhas para comprovar porque a Ageman permitiu o aumento da tarifa para 18% a mais sendo que foram anunciados 7.7% a mais, ou menos da metade do que teria sido cobrado. O vereador destacou que várias perguntas precisam ser respondidas pela Águas de Manaus, como por exemplo, porque seria a capital com a tarifa de água mais cara das capitais. Por fim, o vereador Rodrigo Guedes destacou que haveria vários condomínios que jogam água de esgoto não tratada nos igarapés e não são punidos, e vamos em vários desses condomínios para verificar in loco o que a Sema e Ageman não fiscalizam. Ele destacou acreditar que já ficou claro a seriedade dos membros da CPI e que afirma que o prefeito de Manaus não tentou renegociar a tarifa de esgoto em nenhum momento. Ele defendeu que descobriram também que não foi aplicada nenhuma multa pela Ageman à Águas de Manaus. O que seria necessário, frisou o vereador, seria descobrir porque não houve punições ou multas, caso seja comprovado que houve alguma fiscalização. Destacou ainda que a meta de 90% não cumprida, de cobertura de rede de esgoto, a prefeitura tinha de ter cobrado da Ageman e da Águas de Manaus. Segundo ele, se o diretor da Ageman não pedir demissão, os vereadores vão buscar seu afastamento, por omissão de todos os problemas apontados e se não o fez haveria relações no mínimo suspeitas e há alguma relação promíscua da prefeitura com a Águas de Manaus. O vereador destacou que a população pode confiar que haverá ganhos à população depois da CPI e que se não houve o afastamento do diretor da Ageman, o prefeito será convocado para explicar. O vereador Rodrigo Guedes destacou que a CPI irá nos bairros João Paulo, Osvaldo Montenegro e no Planalto, para ir nos condomínios ver os esgotos jogados nos igarapés, especificamente no Igarapé do Gigante, condomínios estes, segundo o vereador, que dizem limpar, mandam o caminhão limpa-fossa e derramam sem tratamento nos igarapés. Queremos no mínimo a demissão do diretor da Águas de Manaus, ou convocar o prefeito, ou indiciar os dois, ou só o prefeito por prevaricação. O senhor Antonio Jorge Silva, da Associação Cultural Tae Badé pediu a palavra e destacou que seria necessário desprivatizar a Águas de Manaus e destacou que, na

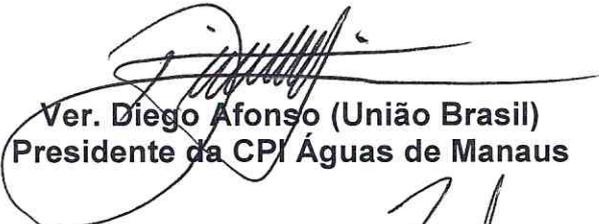


DIRETORIA
LEGISLATIVA
CPI DAS ÁGUAS
Nº 2023
Fl.: 027 f
RUB. *personada*

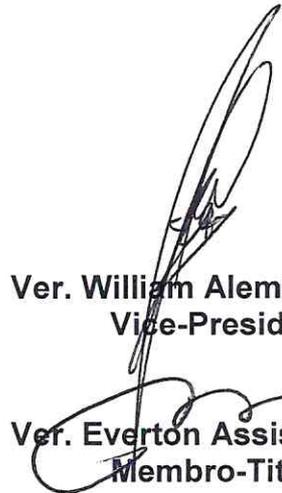


Ata da 1ª Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI Águas de Manaus, realizada no dia 19 de abril de 2023.

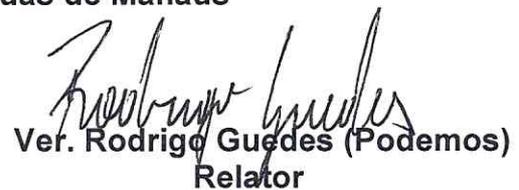
sede de sua Associação, mandaram desligar a água encanada e estão utilizando águas das chuvas. Para ele, seria inaceitável que Manaus seja banhada por rios e seja banhado de chuvas e seja “assaltada” por uma empresa que cobra por um produto que não tem a qualidade que deveria ter. O vereador William Alemão solicitou que a secretaria da CPI prepare requerimentos para visitas ao João Paulo, aos condomínios e amanhã na Estrada dos Franceses. Depois de todos os inscritos terem falado e não havendo nada mais a tratar, o vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. E para que conste eu... *Liege* (Liege Albuquerque, redatora da comissão), lavrei a presente Ata que depois de lida, discutida, votada e aprovada, foi assinada pelos membros presentes.



Ver. Diego Afonso (União Brasil)
Presidente da CPI Águas de Manaus



Ver. William Alemão (Cidadania)
Vice-Presidente



Ver. Rodrigo Guedes (Podemos)
Relator



Ver. Everton Assis (União Brasil)
Membro-Titular



Ver. Ivo Neto (Patriota)
Membro - Titular



Ver Rosivaldo Cordovil
Membro-Titular



